

ATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO NU 0026800-11.2011.5.13.0000-e, EM QUE SÃO PARTES O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DA PARAÍBA - STIUPB, COMO SUSCITANTE, E A CAGEPA – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA, COMO SUSCITADA.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na Sala das Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região, em João Pessoa, Estado da Paraíba, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Desembargador VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO, com a presença de Sua Excelência o Senhor Dr. MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA, Procurador do Trabalho da 13ª Região, foi aberta a Audiência de Conciliação e Instrução do presente Dissídio Coletivo, entre as partes acima mencionadas, com os seguintes representantes: I – SUSCITANTE: Representado pelo seu Presidente, Sr. Wilton Maia Velez, assistido pelo Advogado, Dr. Giuseppe Fabiano do Monte Costa, OAB/PB n.º 9.861, com a presença dos Senhores Rafael Freire, representando o Sindicato dos Jornalistas, e Gilberto Paulino de Oliveira, representante da CUT/PB ; II – SUSCITADA: representada pelo Sr. Jorge Gurgel de Souza, Diretor Administrativo e Financeiro, assistido pelo Assessor Jurídico, Dr. Fábio Andrade Medeiros, OAB-PB nº 10.810. Aberta a audiência e relatado o processo, o Desembargador Presidente dos trabalhos concedeu a palavra ao preposto da empresa Suscitada, para se manifestar especificamente sobre a aceitação ou não quanto a instauração do presente Dissídio Coletivo, tendo o preposto dito que a Suscitada não aceita a instauração da ação coletiva. Em seguida, o Desembargador Presidente deu a palavra novamente ao preposto da empresa para saber se ele pretende requerer a juntada de algum documento. Diante da resposta negativa da empresa que, ao se manifestar, salientou inadequado ao momento processual a apresentação de defesa ou documentos outros. Após manifestações de ambas as partes, inclusive com suspensão temporária dos trabalhos, o Ministério Público pediu a palavra e lhe foi concedida, e se pronunciou nos seguintes termos: “Diante da proximidade das propostas de conciliação apresentadas pelos litigantes, preconizou a suspensão do processo, pelo prazo de 10 dias, a fim de que as partes construíssem, mediante novas tentativas, esboço de acordo em dissídio coletivo, que poderá ser protocolizado eletronicamente no decêndio acima mencionado. Transcorrido, sem acordo, o prazo de suspensão do processo, alvitra a concessão de prazo para oferecimento de resposta pela Suscitada e juntada de prova documental, com audição do suscitante sobre eventuais preliminares suscitadas e documentos que vierem eventualmente anexados”. O Presidente dos trabalhos, após a manifestação das partes de que concordam com a sugestão do Ministério Público, quanto à suspensão do processo por 10 (dez) dias, concedeu o prazo de 05 (cinco) dias, após exaurido o de 10 dias anteriormente citado, para apresentação de defesa, em

querendo, pela suscitada, com igual prazo subsequente ao suscitante, e prosseguimento do dissídio coletivo. Encerrada a Audiência, às 16:20 horas.

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO  
Desembargador Presidente

MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA  
Procurador do Trabalho da 13ª Região

PEDRO JOSÉ RAMELLI  
Secretário